

HISTÓRIA REGIONAL E IDENTIDADE: O CASO DE SÃO PAULO

Ricardo Luiz de Souza¹

RESUMO: O artigo tem como objetivo estudar o processo de construção da mitologia bandeirante, bem como os fatores que a motivaram. Pretende, ainda, delinear os sentidos adquiridos por tal mitologia, tomando como o período que vai de 1890 aos anos 30, a etapa de construção e consolidação da mitologia bandeirante.

PALAVRAS-CHAVE: Mitologia. Tradição. Literatura.

ABSTRACT: The article has as objective to study the process of construction of bandeirante mythology, as well as the factors that had motivated it. It intends, still, to delineate the directions acquired for such mythology, taking as the period that goes of the 1890 to 30 years stage of construction and consolidation of bandeirante.

KEYWORDS: Mythology. Tradition. Literature.

Meu objeto de estudo é o que chamo de paulistanidade, suas origens e sentidos, e defino-a como a tentativa de demarcação de uma identidade paulista posta em contraste com a identidade nacional e idealizada, a partir daí, como possuidora de virtudes que assinalariam sua superioridade em relação ao resto da nação. Trata-se de conceito utilizado por Moutinho, que o define e o situa historicamente: “A paulistanidade, conceito pelo qual procuramos caracterizar a ideologia afirmadora da superioridade étnica, econômica e política dos naturais do Estado de São Paulo relativamente ao restante dos brasileiros, surge em todas as épocas de

¹ Doutor em História pela UFMG. Professor da Fundação Educacional Monsenhor Messias, Sete Lagoas/MG FEMM.

crise e reformulação na forma do poder central”².

O primeiro episódio histórico que ficou como símbolo da paulistanidade ocorreu em 1641 quando, ao receberem a notícia da restauração do trono português, os paulistas negaram-se a reconhecer o novo rei e proclamam Amador Bueno imperador dos paulistas. Tal episódio ficou como ícone histórico do pretense espírito de rebeldia e liberdade que medrava na São Paulo colonial, embora Bueno tenha recusado a coroa e os paulistas tenham, afinal, abandonado seu projeto. Ficou, porém, o símbolo a ser utilizado.

No período colonial o paulista já era objeto de discussão e, antes de enumerar uma série de análises coloniais sobre a população paulista, Taunay ressalta tanto a precocidade da identidade paulista quanto das críticas e comentários por ela geradas. Segundo o autor, “tiveram os paulistas, desde os primeiros anos seiscentistas, características bem definidas que lhes valeram comentários, por parte de portugueses e estrangeiros... daí decorrendo uma série de testemunhos verídicos, uns exagerados falsos e até grotescamente fantasiosos, outros, como muitos se apresentam”³. E entre os críticos precoces temos, por exemplo, Aires de Casal que traça, ainda no início do século XIX, um retrato bem pouco simpático do paulista do período colonial: “Os paulistas de hoje passam por uma boa gente; mas os seus avoengos não o foram, certamente... A sua altivez provinha-lhes da sua opulência, de ordinário pouco honestamente adquirida, e da falta de melhores governadores, desde o princípio”⁴.

A paulistanidade tomou como base a mitologia bandeirante, que pode ser definida como o conjunto de narrativas e tradições

² MOUTINHO, Jessita Maria Nogueira. A paulistanidade revista: algumas reflexões sobre um discurso político. *Tempo Social*. São Paulo. Vol. 3, Num. 1-2, p.110. 1991

³ TAUNAY, Affonso de E. Historia da villa de São Paulo no século XVIII. In: *Annaes do Museu Paulista. Tomo V*, São Paulo, Museu Paulista, 1931, p.211.

⁴ CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1976, v. I, p.105-106.

referentes à imagem do bandeirante enquanto fundador da nacionalidade e como símbolo do paulista, e mitologia que, segundo Queiroz, visou transformar a todos os paulistas em bandeirantes e a excluir desta categoria o restante da população do país⁵. Mitologia igualmente precoce, uma vez que os próprios bandeirantes exaltaram seu valor. Segundo Mello, “vangloriava-se o terço de Domingos Jorge Velho de que só os paulistas podiam defender a gente da marinha contra o “gentio bravo de cima”, isto é, do sertão, e contra “o negro fugido de baixo”, ou seja, da própria marinha para os Palmares”⁶.

De fato, já no século XVIII, os paulistas são elogiados por sua atividade como bandeirantes, com o Marquês de Lavradio enaltecendo, em carta escrita ao capitão-geral de São Paulo, em 1775, a descoberta e povoamento de terras levada a termo pelas bandeiras⁷. Em 1790, a maior virtude que Lacerda e Almeida descobre nos paulistas é, exatamente, sua fidelidade e amor ao Soberano⁸. O elogio da autonomia pode converter-se, assim, no elogio da obediência.

Por outro lado, Ferreti e Capelato localizam as origens da paulistanidade no século XVIII com as obras de Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus, ampliando-se nas últimas décadas do século XIX e atingindo seu auge por volta de década de 20 e início dos anos 30⁹. A obra de Taques serviu, de fato, como fundamento para as diversas tentativas de construção de uma fidalguia paulista, enquanto Madre de Deus lembra terem os paulistas se

⁵ Cf. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo paulista: vissictudes de um imaginário. *Revista USP*, v. 13. São Paulo, USP, 1992, p. 86

⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro, Top Books, 1998, p. 378.

⁷ Cf. MARQUES, M. E. de Azevedo. *Província de São Paulo*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1980, II, p. 149.

⁸ ALMEIDA, Francisco José de Lacerda E. *Diários de viagem*. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1944, p. 99.

⁹ Cf. FERRETI, Danilo J. Zioni & CAPELATO, Maria Helena Rolim. *João Ramalho e as origens da nação: os paulistas na comemoração do IV centenário da descoberta do Brasil*. In: Tempo, v. 4, n. 8. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1999, p. 72.

esquecido, às vezes, “das leis divinas e humanas, respectivas à inteira liberdade dos índios”, ou seja, reconhece a existência de escravidão indígena, mas lembra a tolerância da Coroa no que tange ao fato, tolerância na qual os paulistas se fiavam na certeza do perdão, e lembra estarem portugueses de outras províncias envolvidos no mesmo procedimento¹⁰. Em síntese, atire a primeira pedra...

O processo de construção da paulistanidade tem, assim, origens remotas. Love (1997) situa na década de 1880 o surgimento do estereótipo do caráter do paulista: “uma personalidade coletiva, séria, trabalhadora, materialista e empreendedora”¹¹ mas, no início do século XIX, Spix e Martius já assinalam a constatação, por parte dos paulistas, de uma identidade própria. Referindo-se à “ligação do passado com o presente”, afirmam os autores: “Este sentimento, tem-no o paulista, e ele diz a si mesmo, não sem orgulho, que a sua pátria possui uma história própria, encadeada poderosamente à de seus vizinhos, embora remontando a poucos séculos apenas”¹².

Outros autores retomariam, no século XIX, tal identidade e, viajando pelo sertão em 1880, Leite Moraes atribui sua resistência à índole paulista: “E não recuamos; os paulistas teimosos afrontam o sertão, o sol, a chuva, o rio, a lama, e não conhecem dificuldades”¹³. Em um capitão residente em Goiás ele reconhece “o paulista dos velhos tempos; basta ouvi-lo para se proclamar filho da terra de Amador Bueno”¹⁴. E, na atitude de ambos transparece a identidade paulista: “O resto corre por conta do audaz paulista, que diz

¹⁰ MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memória para a história da Capitania de S. Vicente, hoje chamada de S. Paulo*. São Paulo, Martins, 1953, p. 135.

¹¹ LOVE, Joseph. Autonomia e interdependência: São Paulo e a federação brasileira. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Vol. I. São Paulo, DIFEL, 1977, p.59.

¹² SPIX, J.B. von & MARTIUS, C.F.P. von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938, v. I, p. 205.

¹³ MORAES, J. A. Leite. *Apontamentos de viagem*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 93.

¹⁴ MORAES, J. A. Leite. *Apontamentos de viagem*. Op. Cit., p. 133.

— é possível — quando todos lhe bradam — é impossível”¹⁵.

A identidade paulista seria tematizada, também, por viajantes do período imperial, e não apenas na apologia clássica de Saint-Hillaire. Dessa forma, um viajante como Daundt já aponta a continuidade da tradição bandeirante, encarnada em homens como Feijó e seus descendentes¹⁶, assim como o empreendedorismo e espírito de autonomia paulistas são ressaltados por Rugendas, ao lado da desconfiança e da franqueza que se transforma, muitas vezes, em brutalidade. Ao mesmo tempo, ele busca a explicação para a especificidade paulista na contribuição do sangue espanhol¹⁷. Já Burton salienta a maior hospitalidade do paulista em relação ao mineiro, mais hostil e desconfiado que aquele, e afirma: “O paulista, embora reservado, sente-se mais à vontade com os estrangeiros do que seu primo; este último pode ser descrito como acanhado”¹⁸.

Leclerc, por sua vez, faz o elogio do paulista, definindo-o como exemplar em relação aos moradores das demais províncias, dotado de espírito prático e progressista. Para ele, “o paulista é empreendedor e prudente a um tempo. Acolhe o progresso e o adota depois de submetido à experiência com bons resultados”. Mas conclui ressaltando o espírito de autonomia existente na província e sua indiferença em relação ao governo central: “Penso que aos paulistas pouco se lhes dava que a Corte “tão longínqua desaparecesse com a dinastia desde que a esse preço lhes fosse possível conquistar a independência federativa”¹⁹. E menciona as vantagens da autonomia e a maneira como a imprensa paulista as discute, segundo ele, com o maior sangue frio²⁰.

¹⁵ MORAES, J. A. Leite. *Apontamentos de viagem*. Op. Cit., p. 134.

¹⁶ Cf. RICCI, Magda. *Assombrações de um príncipe regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Campinas/São Paulo, Editora da UNICAMP, CECULT-IFHC, 2001, p. 55.

¹⁷ Cf. RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo, Martins, 1949, p. 99.

¹⁸ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1976, p. 335.

¹⁹ LECLERC, Max. *Cartas do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1942, p.65-66.

²⁰ LECLERC, Max. *Cartas do Brasil*. Op. Cit., p.72.

É comum aos autores citados o destaque dado à especificidade do paulista e o reconhecimento de sua “superioridade” em relação aos habitantes de outras províncias, e tal reconhecimento teria consequências políticas encarnadas no separatismo defendido por expressivos segmentos das elites paulistas no período que vai da crise final e abolição da escravidão aos primeiros anos do século XX.

Durante o Império, o republicanismo ganha, em São Paulo, contornos separatistas, tanto que, em seu Projeto de Manifesto Apresentado Ao Congresso Republicano, em 1877, Campos Sales já torna pouco clara a distinção entre federalismo e separatismo, ao afirmar: “É preciso acentuá-lo desde logo: a separação não exclui a federação, nem tão pouco a aplicação do princípio federal, consagrado na organização republicana”²¹. Além disso, cria-se ainda, a partir daí, uma ambiguidade ressaltada por Lessa: “Para alguns paulistas, a demanda federativa era insuficiente. A “prova” disso era que os monarquistas também a desejavam. Dessa forma, ser federalista não implicava possuir uma identidade política distinta da do mundo oficial”²². Daí, conclui Lessa, a opção pelo separatismo, amplamente defendida por jornais como A Província de S. Paulo.

Sérgio Buarque data de 1887 o início de uma aberta campanha separatista, encampando uma idéia que havia sido discutida na província por anos a fio. Cartas na imprensa e folhetos são publicados em defesa da idéia e, no Congresso do Partido Republicano reunido no mesmo ano, apenas Júlio de Mesquita coloca-se contra ela²³. A campanha encontra forte apoio entre fazendeiros aos quais era comum o sentimento antiaboliconista, e o

²¹ DEBES, Célio. *Campos Sales: perfil de um estadista*. Rio de Janeiro/Brasília, Francisco Alves/INL/MEC, 1978, v. I, p. 217.

²² LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988, p. 40.

²³ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Do Império à República. In: _____ (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. v. I. V. São Paulo, DIFEL, 1972, p. 275-276.

antiabolicionismo desdobra-se em São Paulo, após a República, em uma forte campanha separatista desenvolvida sob o comando de Rangel Pestana e Martim Francisco, que chega a responder a uma questão colocada por Silva Jardim, seu cunhado, com essas palavras: “Todos nós vamos inclinando para pedir a separação para a federação. Se São Paulo se puder separar primeiro, deverá fazê-lo”²⁴. E foram exatamente estes fazendeiros que deram suporte à campanha separatista da qual Alberto Sales foi o principal ideólogo.

Sales propõe a criação do que chama de “pátria paulista” e, escrevendo em 1887, busca transformar o republicanismo paulista em movimento separatista, já que “a aspiração separatista é uma realidade, é um fenômeno que existe no seio da província”²⁵ e tal aspiração é definida como “uma manifestação do mal-estar que em geral começam a sentir as províncias no regime atrofiante da centralização monárquica”²⁶. Sales busca, ainda, dar respaldo científico a seu separatismo, desvinculando-o de “sua face mais popular, que é a face econômica” e vinculando-o “à lei geral do progresso geral em sociologia”. E o que reza tal lei, segundo o autor? Reza que

O separatismo é um simples processo natural e legítimo de progresso político, reconhecido e aconselhado pela ciência, dentro dos limites que ela prescreve e, conseqüentemente, só apto para produzir, na prática, todas as vezes que se dêem as condições favoráveis à força expansiva da civilização do povo que dele se serve, como aliás o demonstram exuberantemente os inúmeros exemplos tirados da história pátria.²⁷

E tais condições, segundo Sales, encontram-se plenamente

²⁴ MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1996, v. IV, p. 247.

²⁵ SALES, Alberto. *A pátria paulista*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 13.

²⁶ SALES, Alberto. *A pátria paulista*. Op. Cit., p. 14.

²⁷ SALES, Alberto. *A pátria paulista*. Op. Cit., p. 40.

desenvolvidas em São Paulo, embora a única condição econômica que ele apresente, na prática, seja a relativa extensão territorial da província. Nas palavras do autor,

Abrangendo uma extensão territorial superior à de muitos países do continente europeu e podendo perfeitamente comportar em seu seio uma população de mais de quarenta milhões de habitantes, ninguém poderá dizer que São Paulo não possui os elementos necessários para tornar efetiva sua autonomia política.²⁸

Onde ele busca validar, realmente, seu separatismo, é na identidade paulista; uma identidade calcada basicamente em critérios raciais. A colonização paulista foi feita por “colonos brancos e compostos de gente limpa que não se confundiam com os naturais da terra”²⁹, ao mesmo tempo que “o elemento africano por muito tempo aqui se conservou insignificante”³⁰. Sales defende, portanto, a existência de uma integridade racial paulista e a usa como base para seu separatismo. Segundo ele,

Atendendo-se em primeiro lugar a estes elementos de diferenciação étnica, verifica-se, pelas condições especiais em que se deu o povoamento de nossa província, que temos aqui um dos fundamentos mais sólidos da moderna aspiração separatista... Toda a diferenciação étnica, como já vimos, traz consigo uma certa diferenciação psicológica. O condicionalismo étnico, como acabamos de mostrar, existe; a aspiração separatista, portanto, como índice de diferenciação psicológica, é um fenômeno perfeitamente explicável.³¹

Alberto Sales busca, assim, transformar o republicanismo em separatismo. Seu projeto não encontrou, contudo, nem respaldo

²⁸ SALES, Alberto. *A pátria paulista*. Op. Cit., p. 46.

²⁹ SALES, Alberto. *A pátria paulista*. Op. Cit., p. 103.

³⁰ SALES, Alberto. *A pátria paulista*. Op. Cit., p. 104.

³¹ SALES, Alberto. *A pátria paulista*. Op. Cit., p. 105.

nem continuidade, embora o processo de construção da identidade paulista permanecesse, se bem que em bases menos radicais. Dado ainda seu ambíguo republicanismo, só viável em uma República paulista, era natural que Sales se desencantasse com a República e passasse a atacá-la mesmo quando, no início do século XX, seu irmão já exercesse a presidência do País.

O separatismo teve desdobramentos culturais. Leite (1989) vincula o regionalismo literário levado adiante em São Paulo nas primeiras décadas do século XX — e que teve em Waldomiro Silveira seu autor paradigmático — ao processo sócio-cultural que inspirou anseios separatistas. Segundo ela, “inicialmente este gênero de produção literária parece estar ligado aos anseios separatistas paulistas ou à afirmação do paulistismo, acirrados ainda antes da proclamação da república, que viria de um certo modo respaldá-los com o federalismo”³².

Com isso, separatismo, finalmente, teve reduzido curso político, desempenhando papel insignificante na revolução de 1932, que teve como objetivos básicos restabelecer a influência paulista na vida nacional e restabelecer, igualmente, as condições favoráveis vigentes até então para a cafeicultura³³. Como acentua De Paula, “em proporção aos quase 7 milhões de habitantes do estado de São Paulo na época, tal corrente secessionista representava uma gota de separatismo diluída em um oceano de brasilidade”³⁴.

Se o separatismo desempenhou papel irrelevante no período, o mesmo não se pode dizer, contudo, do discurso sobre a paulistanidade. Os anos 30 foram marcados pela busca de uma identidade paulista a ser usada, agora, na defensiva, no momento em que o Estado de São Paulo saía da derrota de 1932. A busca

³² LEITE, Sylvia H. Telarolli de A. O regionalismo paulista na Primeira República: crescimento e desgaste. *História, Número Especial: 100 anos de República*. São Paulo, UNESP, 1989, p. 51.

³³ Cf. SOUZA, Ricardo Luiz de. *1930-1934: a construção do autoritarismo. Territórios & Fronteiras*, v. 5, n. 2. Cuiabá, UFMT, 2004, p. 74.

³⁴ DE PAULA, Jeziel. *1932: imagens construindo a história*. Campinas/Piracicaba, Editora da Unicamp/ Editora da Unimep, 1998, p. 219.

dessa identidade foi consequência, também, dessa derrota, em um momento no qual uma oligarquia regional perdia espaço político em um processo que tendia à centralização autoritária e não mais ao jogo de forças de caráter regionalizante. Acentuar a paulistanidade, naquele momento, foi uma forma desta oligarquia reafirmar seu próprio projeto.

A construção de uma identidade paulista foi, assim, nos anos 30, um projeto ideológico conduzido por uma elite regional que viu seu projeto político derrotado, mas restringi-la à isto é ignorar o fato que esta construção não foi consequência imediata de uma derrota: ela teve origem em uma perspectiva histórica na qual as elites buscaram reconstruir seu passado para justificar seu presente.

A paulistanidade implica, ainda, em uma crença no caráter de exceção que definiu a história de São Paulo, sendo que Souza acentua precisamente a crença numa excepcionalidade paulista presente em autores como Sérgio Buarque de Holanda e Raimundo Faoro, entre outros. Segundo ele, “em todos esses autores temos a idéia básica de um Brasil alternativo na antiga capitania de São Vicente, desenvolvido em meio ao relativo esquecimento e desinteresse da Coroa, e que, precisamente por conta disso, pode desenvolver um padrão “americano” de socialização”³⁵.

A ressaltar tal excepcionalidade temos uma característica sempre mencionada: a bandeira é uma iniciativa paulista, desvinculada de qualquer iniciativa devida à Coroa. Batista Pereira (1934), por exemplo, a atribui ao “gênio instintivo da raça”³⁶: uma forma de associar bandeirismo e paulistanidade. Outra característica sempre mencionada: os paulistas não suportam a opressão. Exemplo: em reação a uma atitude da Coroa, em 1705, preferem abandonar o núcleo no qual vivem, levando apenas mulher e filhos, vendendo bens e queimando fazendas³⁷. E desconhecem o medo: “Co-

³⁵ SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2000, p. 181.

³⁶ PEREIRA, Batista. *Pelo Brasil maior*. São Paulo, Nacional, 1934, p.310.

³⁷ GALLIANO, Alfredo Luzzi. *O brio dos paulistas*. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. V. São Paulo, Arquivo Municipal, 1934, p. 20.

vardia em paulistas?! Não; nunca. Estes jamais se abateram ante o mais tremendo perigo, do mais adestrado inimigo”³⁸.

Uma terceira característica é o próprio papel de destaque que teria sido desempenhado por São Paulo e é ressaltado, entre outros, por Rocha Pombo, que afirma: “S. Paulo pode desvanecer-se de ser a terra onde se passaram os grandes sucessos mais característicos da nossa vida de povo”³⁹. Duas primeiras características — coragem e insubmissão — seriam sintetizadas, décadas depois, por outro autor: “Os costumes desta raça de ferro, sua coragem indomável, seu ódio por qualquer tipo de insubmissão, suas carreiras gigantescas no interior do país, fizeram de sua história um episódio à parte na do Brasil”⁴⁰. Por fim, o idealismo, a disciplina e o empreendedorismo são outras das características ressaltadas pelos autores que se dispõem a fazer o elogio da paulistanidade. Guimarães, por exemplo, acentua-as ao fazer seu retrato do paulista:

Procura tirar todo o partido possível da técnica e admite sem relutância a cooperação individual. Desde, porém, que esta não mais se justifique, volta à maneira concentrada e independente que surpreende os próprios brasileiros. Não o classifiquemos, entretanto, como introspectivo, pois ele, de contínuo, se projeta no campo das situações exteriores.⁴¹

A paulistanidade foi construída paralelamente a um processo de idealização do passado histórico de São Paulo, no qual destacou-se o pretensu caráter autônomo e aristocrático da formação

³⁸ FLORENCE, Amador. *O grande inimigo dos jesuítas*. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. XII. São Paulo, Arquivo Municipal, 1935, p. 24.

³⁹ POMBO, Rocha. *A terra paulista e as suas grandes legendas*. *Revista do Brasil*, v. 2, n. 7. São Paulo, Propriedade de Uma Sociedade Anônima, 1916, p. 272.

⁴⁰ DANTAS, Luis. *O segredo dos pinheiros*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 23. São Paulo, USP, 1981, p. 62.

⁴¹ GUIMARÃES, Mário. *São Paulo: quatro séculos de luta*. Rio de Janeiro, Gráfica Vitória, 1954, p. 9.

da província. Segundo Ferreira, “na ausência de um passado amontoado em séculos que, em fantasia, os europeus buscavam reinstalar, eles, filhos de uma terra nova, emergentes de apenas cem anos, tinham de construir, literalmente, o seu. É lícito que isso seja, também, história”⁴². E tal passado foi idealizado, entre outros, por Oliveira Viana: “Dir-se-ia um recanto de corte europeia transplantada para o meio da selvageria americana, tamanhas as galas e louçanias da sociedade, o seu maravilhoso luxo, o seu fausto espantoso, as graças e os requintes do bom tom e da elegância”⁴³.

Tal idealização não manteve-se, entretanto, imune a críticas e, criticando exatamente Oliveira Viana, Alcântara Machado define como “disparate esplêndido” a existência de uma elite refinada em plena São Paulo colonial, afirmando ser impossível a prosperidade em ambiente tão rústico⁴⁴, partindo do estudo de inventários para contestá-la. Segundo ele, “dos quatrocentos inventários seiscentistas, há apenas vinte que delatam alguma abastança. Cinco por cento”⁴⁵. Neste autor, a identidade paulista perde suas raízes fidalgas.

A crítica de Machado repercutiu e foi aceita, entre outros, por Cortesão, que ressalta o que chama de ânsia dos historiadores paulistas em descobrir documentos que atestem a existência de fidalgos no passado colonial de sua província, definindo-a como “ingenuidade de quem ignora a evolução social e política da grei portuguesa”⁴⁶, mas, mesmo quando a escassez é reconhecida, a paulistanidade permanece incólume: “É assim a vida no planalto. Aqui, a nobreza dos sentimentos, amolgados pela época, substitui

⁴² FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo, Editora UNESP, 2002, p. 130.

⁴³ VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1973, vol. I, p. 29.

⁴⁴ MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins, 1953, p. 33.

⁴⁵ MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Op. Cit., p. 29.

⁴⁶ CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1955, p. 193.

com vantagem a penúria dos cabedais”⁴⁷.

Na perspectiva idealizante, contudo, foi o isolamento econômico predominante no período colonial que teria gerado o paulista, ou seja, foi o não envolvimento com a identidade nacional que gerou uma identidade que foi, de certa forma, a antítese desta. Para Mota

Foi esse isolamento que gerou o paulista, a princípio não somente bronco, mas às vezes, até, duro e cruel; por fim, o paulista desbravador, apenas fechado, de pouca prosa, mas de energia, ação, trabalho, constância na luta, perseverança heróica no infortúnio: paulista, enfim, de espírito aberto para tudo quanto faz o brilho da civilização lá fora, tudo o que é verdadeira ciência, verdadeiras letras, verdadeiras artes — São Paulo, á frente na ascensão do Brasil.⁴⁸

Idealizou-se, enfim, um passado ao mesmo tempo aristocrático e democrático, no qual teria sido criada, em São Paulo, uma sociedade onde elites e povo, ligados por relações de parentesco e amizade, irmanaram-se em bases democráticas e criaram um regime de “verdadeiro “self-government”, saturado de democracia, na mais ampla acepção da palavra”⁴⁹, e onde a igualdade econômica gerou a igualdade social. Para Ellis Júnior (1944), “era a essência mais pura da democracia a que reinava. O isolamento e a pequena propriedade, como a pobreza geral, foram as suas alavancas mais poderosas”⁵⁰. O paulista é, ainda, definido como um lutador estóico, “vítima constante das contas de venda, preços baixos, café desvalorizado, salários altos, abolição da escravatu-

⁴⁷ CAMPOS, Dácio Aranha de A. Tipos de povoamento de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. LIV. São Paulo, Arquivo Municipal, 1939, p. 91.

⁴⁸ MOTA, Otoniel. *Do rancho ao palácio (evolução da civilização paulista)*. São Paulo, Nacional, 1941, p. 115.

⁴⁹ ELLIS, JÚNIOR, Alfredo *Capítulos da História Social de São Paulo*. São Paulo, Nacional, 1944, p. 159.

⁵⁰ ELLIS, JÚNIOR, Alfredo *Capítulos da História Social de São Paulo*. Op. Cit., p. 227.

ra, quotas de sacrifício, etc” em confronto, pois, com o processo capitalista dirigido a partir de interesses alheios aos seus e vitorioso, enfim “em tão flagrante contraste com o resto do Brasil, impotente na luta contra as circunstâncias mesológicas”⁵¹. O paulista “evoluiu de uma índole pacífica para uma atitude belicosa quando da organização das bandeiras para refluir, enfim ao utilitarismo que até hoje tem guiado São Paulo no caminho suave da prosperidade incontestável”⁵².

O elogio da democracia paulista coincide, em Ellis Júnior (1944), com o elogio da miscigenação levada a efeito em São Paulo, de forma que, retomando a questão da mestiçagem, o autor redefine-a de forma favorável ao paulista. Segundo Oliveira, “Alfredo Ellis Júnior vai valorizar o cruzamento do branco ibérico com o ameríndio, produzindo uma sub-raça superior. Se a mestiçagem brasileira desqualifica seu povo, a mestiçagem paulista o valoriza”⁵³. E, aqui, ele não está sozinho: a pluralidade étnica de São Paulo é louvada por Monteiro Lobato, que ressalta: “São Paulo é um cadinho. Variados fatores étnicos para ele confluem e, sob a preponderância do fator italiano borbulham na fervura da decantação em que se plasma o futuro. Do mosaico virá a unidade”⁵⁴.

Ao mesmo tempo, Ellis Júnior alerta para o risco de des-caracterização das tradições nacionais — que ele mal distingue das tradições paulistas — acarretado pela imigração européia, e propõe sua solução:

Eu penso que seja ensinando o passado, que se possa por em ação a arma mais eficiente de nacionalismo. Busquemos nessa terra mágica que é bem nossa, os elementos a opor à força desin-

⁵¹ ELLIS, JÚNIOR, Alfredo *Capítulos da História Social de São Paulo*. Op. Cit., p. 171.

⁵² ELLIS, JÚNIOR, Alfredo *Capítulos da História Social de São Paulo*. Op. Cit., p. 181.

⁵³ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade no Brasil e nos Estados Unidos*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000, p. 86.

⁵⁴ LOBATO, Monteiro. *Mundo da lua e miscelânea*. São Paulo, Brasiliense, 1951, p. 109.

tegradora com que invisivelmente, inconscientemente, sem alardes, etc., o estrangeiro vai aos poucos minando os alicerces da nossa formação.⁵⁵

Acentua, ainda, o perigo que os não assimilados filhos de imigrantes representam como elementos desvirtuadores das tradições paulistas, e propõe, com toda a clareza, transformar o estudo do passado em instrumento de revitalização e enaltecimento dessas mesmas tradições:

É na história dessa terra, essa miraculosa terra que cobre os restos dos nossos maiores, que irá nos receber no seu regaço quando tivermos de caminhar para o além e que entumula os ossos dos nossos descendentes, que podemos encontrar forças para chamar à nossa tradição os elementos que se orientam ainda para os seus antepassados de outras plagas.⁵⁶

Ellis Júnior (1942) retoma, por fim, o debate sobre o separatismo, colocando o futuro do Brasil, como o próprio título de um de seus livros deixa claro, em termos de confederação ou separação, colocando a primeira alternativa como pressuposto para evitar a segunda: “A descentralização, que é a polarização dos estados, da atividade político-administrativa da nação. Querer o contrário é levar para a fratura fatal e irremediável o edifício brasileiro”⁵⁷. Escrito um ano depois da Revolução Constitucionalista, o livro sublinha o ressentimento em detrimento de qualquer sentimento comum aos brasileiros: “Hoje, depois da guerra que S. Paulo sustentou isolado contra o Brasil inteiro, a antipatia se transforma em sentimento mais profundo e mais amplo”⁵⁸. Mas ele não deixa de

⁵⁵ ELLIS, JÚNIOR, Alfredo. *Capítulos da História Social de São Paulo*. Op. Cit., p. 5.

⁵⁶ ELLIS, JÚNIOR, Alfredo. *Resumo da História de São Paulo: quinhentismo e seiscentismo*. São Paulo, Tipografia Brasil, 1942, p. 6.

⁵⁷ ELLIS, JÚNIOR, Alfredo. *Confederação ou separação*. São Paulo, Piratininga, 1933, p.xviii.

⁵⁸ ELLIS, JÚNIOR, Alfredo. *Confederação ou separação*. Op. Cit., p. 52.

ressaltar a especificidade paulista, por exemplo, em termos raciais, ao acentuar o fato de, segundo ele, São Paulo contar com 85% de brancos em sua população contra, por exemplo, apenas 24% no Piauí⁵⁹. Nenhum comentário adicional é feito, mas os dados não são colocados no texto de forma casual.

A obra de Ellis Júnior (1933) é fundamental para compreendermos os sentidos da paulistanidade, e Monteiro define a existência de três cânones que sustentam a concepção de história paulista defendida pelo autor: “o isolamento do Planalto durante todo seu período formativo, o caráter específico da mestiçagem luso-indígena (e a correspondente ausência do sangue africano) e o fenômeno *sui generis* do bandeirantismo paulista”⁶⁰. Trata-se, portanto, de obra cujas características básicas pautam o elogio da paulistanidade.

Tal elogio é marcado, e não apenas na obra do autor, por um iniludível elogio da formação racial paulista, tida como específica e “superior” quando contrastada com a formação racial do brasileiro. É importante salientar, portanto, uma ligação algumas vezes perigosa entre paulistanidade e questão racial, uma vez que a paulistanidade andou, também, em más companhias, associada à eugenia. Em São Paulo, como salienta Matos (1996), “o discurso eugênico adquiriu perfis próprios. O intenso processo imigrantista numa sociedade recém-ingressa da escravidão, onde os conflitos étnicos e a xenofobia tinham manifestações cotidianas, fez com que o pensamento eugênico se preocupasse com a expansão do número de famílias imigrantes”.⁶¹

Mas a perspectiva “otimista”, ou seja, que aposta no embranquecimento, predomina. Taunay, por exemplo, ressalta o baixo

⁵⁹ ELLIS, JÚNIOR, Alfredo. *Confederação ou separação*. Op. Cit., p. 26.

⁶⁰ MONTEIRO, John Manuel. *Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis JR.* In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 38. São Paulo, CEBRAP, 1992, p. 83.

⁶¹ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Construindo a paulistaneidade: as representações do feminino e do masculino no discurso médico-eugênico, São Paulo (1890-1930)*. *História Revista*, Vol. I, Num. I. Goiânia, Editora UFG, 1996, p.136

percentual de africanos na formação da população paulista, oriunda, principalmente, do cruzamento entre indígenas e europeus. Desta forma, “o elemento africano alheia-se ao sertanismo e o grande agente da devassa e da conquista do nosso interior, os mamalucos do planalto piratiningano, orgulhosos de seu sangue branco, tem condescendência para com os cruzamentos americanos, mas não os admitem em relação aos africanos, considerando-os depreciativos”⁶². Isto, em uma primeira etapa. Na etapa seguinte, assistimos à arianização progressiva da população paulista, nas classes dirigentes⁶³, quando os relacionamentos entre paulistas e europeus passam a preponderar, em detrimento do relacionamento entre aqueles e os índios.

As virtudes paulista, desta forma, são vistas como um derivativo de suas características raciais, e Oswald de Andrade, escrevendo nos anos vinte, descreve Washington Luiz como “um dos tipos raciais paulistas, pesado de tradições atávicas, corajoso e decidido, enérgico e pronto no deliberar”⁶⁴. E mesmo a reação à derrota em 1932 busca argumentos nesta “pureza racial”. Dessa forma, Mário de Andrade reclama contra a violência da qual São Paulo, segundo ele, foi vítima em 1932 e, em carta a Paulo Duarte, exclama: “Dêem um estatuto só para nós, pois que somos diferentes mesmo, e sobretudo não venham mais brigar na terra da gente, fazendo esse martirizado São Paulo de campo de suas guerrilhas, de roubo, de indivíduos e de merda. Vão brigar na terra deles, nesses brasis africanos onde a puta os pariu”⁶⁵. Por outro lado, o paulista miscigena-se com facilidade, perdendo sua homogeneidade, mas, com isso, “permitindo o abasileiramento do es-

⁶² TAUNAY, Affonso de E. *História geral das bandeiras paulistas. Vol. I*. São Paulo, Typographia Ideal H.L.Canton, 1924, p.132

⁶³ Cf. TAUNAY, Affonso de E. *História geral das bandeiras paulistas. Vol. I*. Op. Cit., p.135

⁶⁴ BOAVENTURA, Maria Eugênia. *O salão e a selva: uma biografia ilustrada de Oswald de Andrade*. São Paulo/Campinas, Ex Libris/Editora da UNICAMP, 1995, p.76

⁶⁵ DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo, HUCITEC/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1977, p. 147.

trangeiro e a paulistanização dos brasileiros que chegam a São Paulo”⁶⁶.

A construção deste passado está ligado, ainda, a um contexto político. Cria-se a partir de 1930, segundo Blaj, a imagem de uma São Paulo pobre e isolada no período colonial, mas autônoma em termos econômicos e- acentuo eu- portadora de uma identidade própria. Nas palavras da autora, “uma economia quase auto-suficiente, com uma elite honrada valente e dotada de forte espírito de clã, é esta a imagem que a “historiografia paulística” constrói como resposta aos problemas políticos e econômicos pelos quais São Paulo passa após o movimento de 1930”⁶⁷.

A partir dos anos trinta, contudo, ao mesmo tempo que a identidade paulista busca ganhar autonomia política ela é utilizada, também, como alicerce da própria identidade nacional. O paulista é, para Paulo Prado, herdeiro de João Ramalho, o que o faz ser “físicamente forte, saudável, longo, desabusado e independente”⁶⁸ e, escrevendo meio século depois da publicação da obra de Alberto Sales, já em pleno Estado Novo, Ferreira lembraria que

Desde João Ramalho pulsa, dentro de nós, no substrato de nossa raça, esse instinto vital de permanência na terra de Santa Cruz condensado nas reservas sociais, biológicas e dinâmicas de nosso povo, esse impulso viril de preservação e defesa precisa ser avivado e afervorado. Com ele unimos e entrelaçamos, dentro da unidade nacional, o Brasil de ontem, o Brasil de hoje e o Brasil de amanhã. Formamos, com ele, o espírito de brasilidade, cujas origens se adentram profundamente, no cerne sadio de nossa raça. E graças a ele, o Patriarca dos Bandeirantes, faz jús ao nosso respeito e

⁶⁶ SOUZA, R. Paula. *Contribuição à etnologia do paulista*. In: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, Vol. XXXI. São Paulo, Arquivo Municipal, 1937, p. 104.

⁶⁷ BLAJ, Ilana. *São Paulo em inícios do Século XVIII: a sedimentação da riqueza e do poder*. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira & MONTEIRO, John Manuel (Org.). *Raízes da América Latina*. São Paulo/Rio de Janeiro, EDUSP/Expressão e Cultura, 1996, p. 440.

⁶⁸ PRADO, Paulo. *Província e nação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972, p. 157.

ao nosso reconhecimento, pela sua obra civilizadora e prol de nossa terra e de nossa gente.⁶⁹

E esquecendo a obra de Sales, que certamente representou uma tendência, ainda que minoritária Cincinato Braga busca, nos anos 40, defender São Paulo do que já é visto como uma acusação de separatismo, negando a existência histórica de qualquer intenção separatista por parte do estado⁷⁰. Defende-se, então, atacando:

Nada mais legítimo do que sentirem-se os filhos de S. Paulo revoltados contra essa gente, em cuja boca ou em cuja pena São Paulo não passa, dentro da Pátria, de um polvo nunca saciado que tudo reclama para si, que tudo pretende usurpar aos Estados irmãos; isto é, S. Paulo é um Estado absorvente dos interesses e dos direitos dos outros, sempre pronto a ser pesado aos cofres da União e até a depreciar-lhe o valor intrínseco da moeda.⁷¹

Se um autor como Sales, no final do século XIX, erigia-se em defensor da “pátria paulista”, nos anos 30 os ideólogos da identidade paulista buscaram assim, preservando a especificidade desta, transformá-la em fundamento da própria identidade nacional e em fio condutor de sua unidade. O paulista, mais que um ser cuja origem é delimitada geograficamente, torna-se um símbolo. Para Normano, por exemplo, o paulista não é apenas quem nasceu em São Paulo:

O paulista é o tipo líder do período da República, representativo por

⁶⁹ FERREIRA, Tito Lívio. *Gênese social da gente bandeirante*. São Paulo, Nacional, 1944, p. 11.

⁷⁰ PRADO, Maria Lígia Coelho. *O pensamento conservador paulista: o regionalismo de Cincinato Braga*. In: *Anais do Museu Paulista*. Tomo XXXI. São Paulo, Museu Paulista, 1982, p. 237.

⁷¹ BRAGA, Cincinato. *Problemas brasileiros (magnos problemas econômicos de São Paulo)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1948, p. 272.

excelência do elemento urbano do Brasil... A fronteira geográfica de um paulista é o Brasil econômico. É-se paulista mesmo que não se tenha nascido no país...O paulista apareceu no horizonte econômico como produto de condições novas, como consequência da idade do caminho de ferro, do nascimento e fundação das cidades.⁷²

Retoma-se, aqui, uma tentativa de ampliação da identidade paulista já levada a cabo no início do século por Afonso Arinos, para quem esta identidade deriva e confunde-se com o iberismo. Segundo ele, “nenhum povo, porém, traduziu melhor o gênio aventureiro e audaz que constitui um dos traços dominantes da fisionomia Ibérica nessa época do que o povo paulista”⁷³. E delineia-se uma tentativa, por parte dos construtores da paulistanidade, de buscarem ícones também fora de São Paulo. A partir dela, Euclides da Cunha é incorporado a ela, tendo como pretexto sua colaboração em *O Estado de São Paulo*, da qual nasceria *Os Sertões*. Ali, ele vê reconhecido seu valor, o que não havia ocorrido no Rio de Janeiro⁷⁴. Retoma-se a dualidade entre São Paulo como um lugar apto a reconhecer a brasilidade de um autor como Euclides, em contraposição ao artificial, europeizado Rio de Janeiro, com Euclides prestando-se à perfeição para este papel, uma vez que, em sua obra, a idealização do paulista surge pronta e acabada: “um tipo autônomo, aventureiro, rebelde, libérrimo, com a feição perfeita de um dominador da terra, emancipando-se, insurreto, da tutela longínqua, e afastando-se do mar e dos galeões da metrópole, investindo com os sertões desconhecidos, delineando a epopéia inédita das bandeiras”⁷⁵.

Se a identidade paulista é estendida a outros brasileiros, um

⁷² NORMANO, J.F.. *Evolução econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1939, p. 101-102.

⁷³ ARINOS, Afonso. *Notas do dia*. São Paulo, Typografia Andrade, Mello&Companhia, 1900, p. 16.

⁷⁴ Cf. ABREU, Regina de. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro, Rocco, 1998, p. 279.

⁷⁵ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1984, p. 60.

carioca como Lima Barreto a recusa e a crítica, vendo em São Paulo um símbolo da exploração capitalista e de uma modernidade ávida de lucros⁷⁶. De fato, ele associa o domínio paulista ao regime da exploração desenfreada: “Mas veio a República e o ascendente nela da política de São Paulo fez apagar-se toda essa fraca disciplina moral, esse freio na consciência dos que possuem fortuna. Todos os meios ficaram sendo bons para se chegar a ela e aumentá-la desmarcadamente”⁷⁷. E é exatamente a imagem delineada por Lima Barreto, entre outros, que Motta Filho busca refutar, definindo o paulista como um homem singular entre os brasileiros por sua preocupação em relação a temas que, para os outros, é motivo de divertimento. Mas não como um materialista, estando, pelo contrário, sempre atento às coisas espirituais⁷⁸.

Estabelece-se, assim, a rivalidade entre os grandes centros urbanos, com uma certa identidade carioca encontrando seus principais críticos entre os paulistas, de tal forma que, entre os verde-amarelos, vertente modernista de cunho nacionalista, São Paulo surge como o guardião da nacionalidade e das tradições brasileiras, em contraste com o fascínio europeu sob o qual o Rio de Janeiro caiu subjugado⁷⁹.

Sua existência e valor teve como defensor permanente um pernambucano como Gilberto Freyre, sempre preocupado, aliás, com a construção de identidades regionais. Freyre aposta em São Paulo como o local de conciliação entre modernidade e identidade nacional: a região onde o país tropical poderá se modernizar sem desclassificar-se como tal⁸⁰. Em São Paulo, o “arrojo modernizante

⁷⁶ SOUZA, Ricardo Luiz de. Lima Barreto e a perspectiva do subúrbio. *Letras*, v. 24, n. 2. Campinas, PUC- Campinas, 2005, p. 76.

⁷⁷ BARRETO, Lima *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956, p. 53.

⁷⁸ MOTTA FILHO, Cândido. *Dias lidos e vividos*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977, p. 126.

⁷⁹ VELLOSO, Mônica Pimenta. *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*. In: Estudos Históricos, n. 11. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993, p. 101.

⁸⁰ FREYRE, Gilberto. *Novo mundo nos trópicos*. São Paulo, Nacional/EDUSP, 1971, p. 130.

e a constante hispânica de ânimo” irmanam-se a ponto do autor esboçar o que considera um futuro ideal a delinear-se no planalto paulista: o desenvolvimento de um mundo capaz de falar de igual para igual com qualquer região do planeta, e no qual São Paulo é definido como um local “pan-brasileiro e pan-humano”, recriando e irradiando valores humanos postos, na expressão do autor, em termos eurotropicais⁸¹. São Paulo, para o autor, é um exemplo de síntese bem sucedida, modernizando-se e evitando os excessos do modernismo, aceitando o progresso ocidental e mantendo suas feições, sem tornar-se um “arremedo incaracterístico e cinzento”⁸².

Vinte anos depois da Revolução Constitucionalista, a celebração do IV Centenário de São Paulo transforma-se na celebração de seu crescimento, do qual é feita repetidamente a apologia. São Paulo, afirma o *Diário de S. Paulo*, é a cidade que mais cresce no mundo e é “a pioneira das conquistas civilizadoras, na América do Sul”, ressalta *A Gazeta*. Seu crescimento é associado à industrialização — como, de resto, o próprio crescimento nacional —, com a própria poluição surgindo como imagem do progresso. Já a *Folha da Manhã* acentua o caráter inexorável de tal evolução: “Estamos em marcha: nada conseguirá deter-nos na tarefa de transformar o Brasil numa grande potência industrial, colocando-o entre os maiores centros de produção manufatureira do mundo”. E, finalmente, o *Estado de São Paulo* acentua o caráter fraterno do crescimento paulistano: “É verdade que ela é rica, mas o seu dinheiro constrói a fraternidade. É verdade que ela é o maior parque industrial da América Latina, mas as suas fábricas dão mais oportunidades para mais gente”⁸³. Com tudo isso, o cresci-

⁸¹ FREYRE, Gilberto. *O brasileiro entre os outros hispanos: afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações*. Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/INL, 1975, p.87

⁸² FREYRE, Gilberto. *Problemas brasileiros de antropologia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, p.71

⁸³ MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Bandeirantes do progresso: imagens do trabalho e do trabalhador na cidade em festa. São Paulo, 25 de janeiro de 1954. *Revista Brasileira de História*, n. 28. São Paulo, ANPUH, 1994, p.231-240.

mento paulista ganha tons proféticos; de profecia que teria sido anunciada por Anchieta: “A realização integral dessa profecia não tardará. São Paulo, que em 1873, era uma das últimas cidades do país, já ultrapassou a magnífica Rio de Janeiro. Não tardará a também deixar para trás a imponente Buenos Aires”⁸⁴.

A construção da paulistanidade não é, assim, um processo findo nos anos 30. Permanece e, já nos anos 1980, Kujawski busca — seguindo, evidentemente, as pegadas de Gilberto Freyre — responder à pergunta sobre como localizar o que chama de “ethos regional paulista”, e localiza-o em sua própria impermânencia:

Eis aí São Paulo: não uma cidade ou um estado consistente e definidos, ou mesmo em transformação, mas uma empresa, fazer que se devora constantemente a si mesmo de modo a tornar-se interminável, movimento perpétuo que não encontra o repouso final da obra feita e acabada.⁸⁵

O texto de Kujawski, porém, soa datado por ter sido escrito em uma época na qual o debate sobre identidades nacionais e regionais já transformara-se no debate sobre o debate sobre tais identidades. E esta é a pretensão do presente texto: focalizar aspectos de um discurso sobre uma identidade regional, buscando situar suas origens, sintetizar sua trajetória e definir seus sentidos políticos. Um discurso sobre uma identidade regional que é, também, um discurso sobre o passado e que, como tal, só pode ser compreendido à luz das motivações da época na qual ele foi elaborado.

⁸⁴ LEITE, Aureliano. O dever dos “cavaleiros de São Paulo”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 236. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional. 1957, p.4

⁸⁵ KUJAWSKI, Gilberto de Mello. *A personalidade regional paulista*. In: *Ciência & Trópico*, v. 13, Num. 1. Recife, FUNDAJ/Massangana, 1985, p.119